

Deputados nikkeis festejam arquivamento da PEC 37

MARCELO CAMARGO/ABR

Por 430 votos a nove e duas abstenções, o Plenário da Câmara rejeitou, na noite desta terça-feira (25/06/2013), a PEC – Proposta de Emenda à Constituição 37/2011, que regulamentava as investigações criminais limitando a atuação do Ministério Público. “Agora, a PEC será arquivada. É a única resposta possível que poderíamos dar à população que, legitimamente, saiu às ruas para protestar”, disse o deputado federal Junji Abe (PSD-SP). Assim como Junji Abe, também os deputados Walter Ihoshi (PSD-SP), Keiko Ota (PSB-SP), Luiz Nishimori (PSDB-PR), Hidekazu Takayama (PSC-PR) e Akira Otsubo (PMDB-MS) comemoram a derrota da



PEC 37. Na visão de Junji Abe, a maciça pressão popular contra a PEC 37 se justifica porque a população entendeu que a proposta impedia

o Ministério Público de investigar casos como os de corrupção praticada por maus políticos. “Seria uma violência sem tamanho

se nós, representantes do povo, deixássemos de ouvir o desejo daqueles a quem temos obrigação de representar no Congresso”.

MANIFESTAÇÕES PELO PAÍS

Deputados nikkeis comemoram ‘resposta rápida do Congresso’

MARCELO CAMARGO/ABR

Por 430 votos a nove e duas abstenções, o Plenário da Câmara rejeitou, na noite desta terça-feira (25/06/2013), a PEC – Proposta de Emenda à Constituição 37/2011, que regulamentava as investigações criminais limitando a atuação do Ministério Público. “Agora, a PEC será arquivada. É a única resposta possível que poderíamos dar à população que, legitimamente, saiu às ruas para protestar”, disse o deputado federal Junji Abe (PSD-SP). Assim como Junji Abe, também os deputados nikkeis Walter Ihoshi (PSD-SP), Keiko Ota (PSB-SP), Luiz Nishimori (PSDB-PR), Hidekazu Takayama (PSC-PR) e Akira Otsubo (PMDB-MS) comemoram a derrota da PEC 37.

Para Walter Ihoshi, “foi uma vitória das ruas”. “Foi uma resposta rápida que o Congresso deu”, disse Ihoshi em entrevista por telefone ao **Jornal Nippak**, de Brasília. Segundo Junji, “a maciça pressão popular contra a PEC 37 se justifica porque a população entendeu que a proposta impedia o Ministério Público de investigar casos como os de corrupção praticada por maus políticos. “Seria uma violência sem tamanho se nós, representantes do povo, deixássemos de ouvir o desejo daqueles a quem temos obrigação de representar no Congresso”. Para Ihoshi, ainda existem pontos que precisam ser aprimorados.

De acordo com Ihoshi, antes da mobilização nas ruas, “a disputa entre os que eram a favor e os que eram contra a PEC 37 estava acirrada”. “A mobilização deu o tom desta votação”, admitiu o parlamentar, lembrando ainda, que já na madrugada desta quarta-feira (26), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 5.500/2013 que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e os 25% restantes para a área da saúde.

Os deputados aceleraram a votação de projetos considerados polêmicos após as manifestações que tomaram conta dos países nas últimas semanas. Colocados em “xeque”, os políticos tentam, agora, dar uma “resposta ao clamor popular”, que ecoou forte também na Alvorada. Depois de cancelar uma viagem que faria ao Japão, Dilma Rousseff (PT) sugeriu uma consulta popular para uma Constituinte exclusiva para realizar a reforma política. Criticada, o governo recuou e sugere agora a convocação de um plebiscito “com foco na reforma política”.

Para Junji Abe (PSD-SP), “as vozes das ruas ecoam forte sobre a classe política”. “Expõem tumores purulentos que precisam ser extirpados. Mais do que tentar explicar o que aconteceu, vale entender o que não está acontecendo para nutrir tamanho descontentamento do povo”, afirma o parlamentar, acrescentando que “a distância das pessoas em relação aos rumos da Nação em que vivem mina a cidadania e compromete a evolução da sociedade”.

“As mazelas são claras. Há o transporte coletivo caro e ineficiente, as sérias deficiências da saúde pública, os avanços que não se processam na educação, impunidade dos corruptos, elevados gastos públicos, despesas abusivas com estádios que servirão só ao capricho de sediar a Copa, assistencialismo desmedido em



Em São Paulo, manifestações foram convocadas pelo MPL e ganharam adesão da população...



... e se estenderam também para a capital federal

detrimento da capacitação coletiva, a violência generalizada, a ameaça inflacionária e daí em diante”, enumera Junji.

“Não é de um governante, um partido, um parlamentar. Mas, sim, de todos os políticos e, junto com eles, do sistema político-partidário escroto que admite mecanismos para perpetuação eterna no poder e número excessivo de partidos, entre outros males. Sim, as críticas da população também são para mim. É meu dever representar os brasileiros que foram às ruas exigir um País melhor”, destaca.

“Faço parte do grupo que tem a responsabilidade de ouvir a população para acertar mais. Só lamento que meus apelos e de outros poucos do Congresso não tenham ainda potência para sensibilizar quem detém o poder da transformação. Garantindo, por exemplo, parcela maior da arrecadação nacional às cidades, em vez de concentrar quase tudo na União. Ao mesmo tempo, festejo a participação popular nos movimentos, porque este patriotismo legítimo dá sustentação e amplifica nossa cruzada por mudanças”.

Indignação – Para Walter Ihoshi (PSD-SP), nas últimas semanas, “a sensação foi de indignação por grande parte da sociedade brasileira, formada, inicialmente, por jovens”. “E jovens esclarecidos, que acompanham e sabem o que está acontecendo no país”, disse Ihoshi, afirmando que “a questão do transporte foi apenas o estopim” das ma-

nifestações.

“De acordo com uma pesquisa feita com esses jovens, muitos votaram nulo ou branco nas últimas eleições. Isso, na verdade, demonstra que eles não se sentem representados por políticos, seja ele a presidente, governadores, prefeitos, senadores, deputados federais, deputados estaduais ou vereadores. Ou seja, eles estão cansados do jeito tradicional de se fazer política”, afirma Ihoshi, acrescentando, porém, que “se não houver foco, o movimento corre o risco de acabar se exaurindo”.

“De qualquer forma, as manifestações serviram para dar uma chacoalhada em todos nós”, conta o parlamentar, afirmando que “o recado foi dado”. “Não só os governadores e prefeitos, mas também nós parlamentares precisamos dar uma resposta que a sociedade está querendo”. Para

o deputado, a derrota foi de “toda a classe política”. “Independente de partidos, quem está no governo está sendo cobrado”, destaca Ihoshi, que aponta como uma saída para a crise uma reforma política “de verdade”. “A convocação de uma Assembleia Constituinte foi a principal bandeira do PSD e está mais do que na hora de trazer essa discussão”, explica Ihoshi, que criticou o plebiscito sugerido pela presidente.

“Não é o Executivo que deveria propor. Sou a favor da PEC apresentada pela senadora Kátia Abreu (TO), que pede a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva para revisar a Constituição. O ideal é que o Congresso vote e discuta uma reforma política séria. Sem uma discussão séria, todos os partidos políticos ficarão na berlinda”, disse Ihoshi.

Marina Silva – Para Ihoshi, é difícil dizer quem sairá lucrando no final. “A questão é que, quem saiu às ruas não está se sentindo representado pelos partidos que aí estão. Nem o PT conseguiu colar no movimento. Acho que quem está mais próximo desse movimento é a Rede Sustentabilidade, que tem à frente a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva”, observou Ihoshi para quem está na hora de, verdadeiramente, fazer política com “P” maiúsculo.

(Aldo Shiguti)